

# JUSTIÇA ENERGÉTICA

Pesquisa de Opinião Pública

Instituto **Pólis**

Junho 2024

São Paulo – Brasil

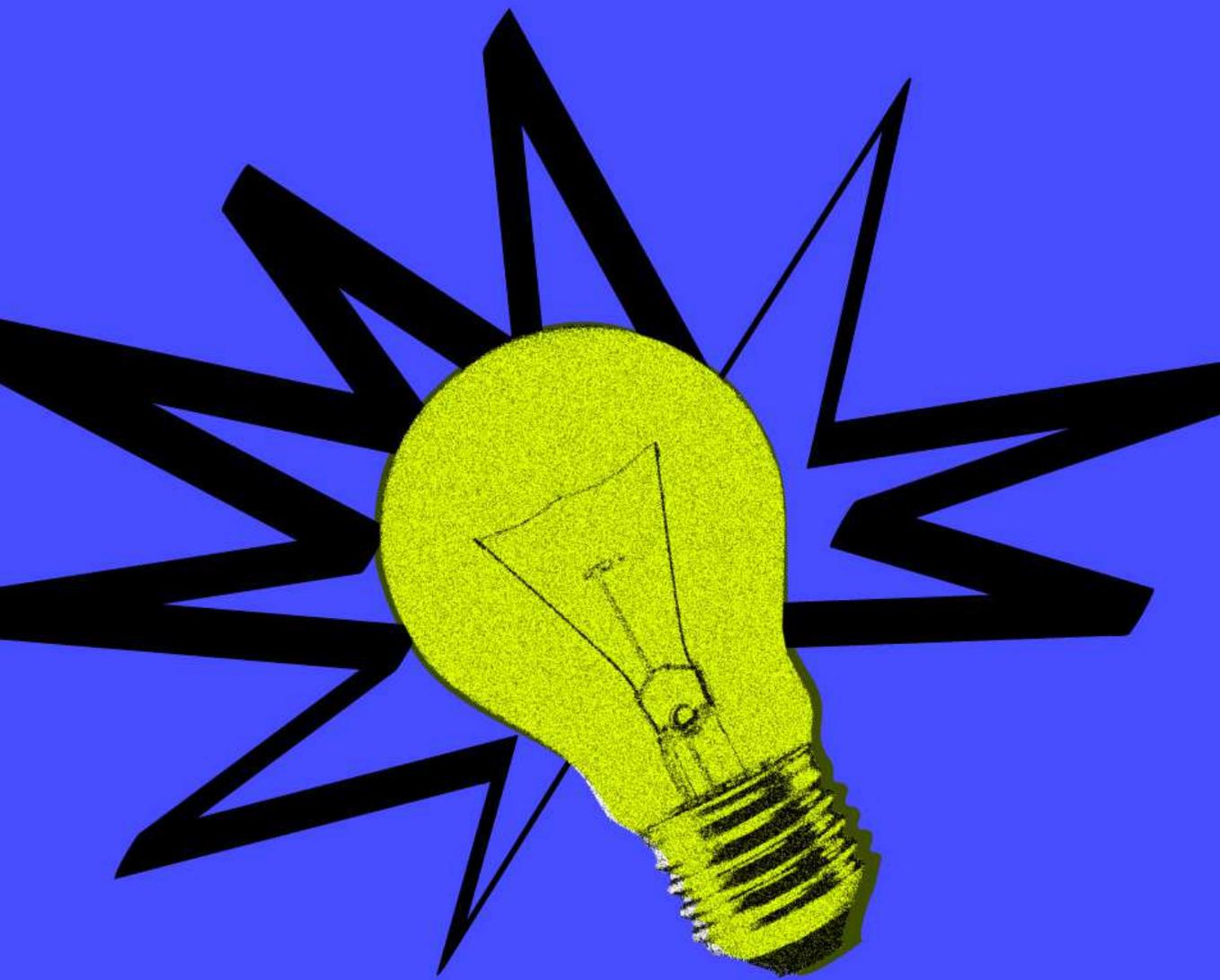
# Conta de luz está deixando as famílias brasileiras mais pobres.

Dados inéditos de pesquisa do IPEC, encomendada pelo Instituto Pólis, mostram que 36% das famílias gastam metade ou mais da sua renda mensal com energético para cocção de alimentos e energia elétrica, tendo seu orçamento doméstico excessivamente comprometido com estes itens.

Frente a ampla defesa de que a energia elétrica seja assegurada como direito fundamental garantido pelo Estado brasileiro, e a percepção de que as famílias de baixa renda devem ter prioridade em programas governamentais para acesso a esse serviço, a população brasileira reconhece a insuficiência da atual Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE) e defende a noção de justiça tarifária na conta de luz para o combate à pobreza energética e às desigualdades.

Os questionários foram aplicados entre 22 e 26 de julho de 2023, com duas mil respostas de todo o país, com intervalo de confiança de 95% e margem de erro de 2 pontos percentuais para mais ou para menos.

# Demandas da população como direito fundamental



Para 84% dos(as) brasileiros(as) a energia elétrica deveria ser um direito fundamental garantido pelo Estado.

A ampla maioria da população defende que a falta de capacidade de pagamento da conta de luz não deve sujeitar as famílias inadimplentes a cortes de fornecimento, visto que o acesso à energia elétrica deveria ser assegurado como direito inviolável.

# A conta de luz está entre os maiores gastos das famílias brasileiras

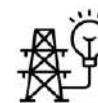
Gastos com alimentação e energia são os que mais impactam o orçamento doméstico para metade das pessoas entrevistadas.

Em relação à **renda familiar mensal**, quais desses itens impacta mais o orçamento doméstico?

Nas regiões Norte e Nordeste, a energia elétrica é o item que mais pesa para as famílias.



**50%**  
Alimentação



**49%**  
Energia elétrica /  
conta de luz



**30%**  
Saúde



**27%**  
Gás de cozinha



**24%**  
Moradia



**9%**  
Transporte público  
ou particular



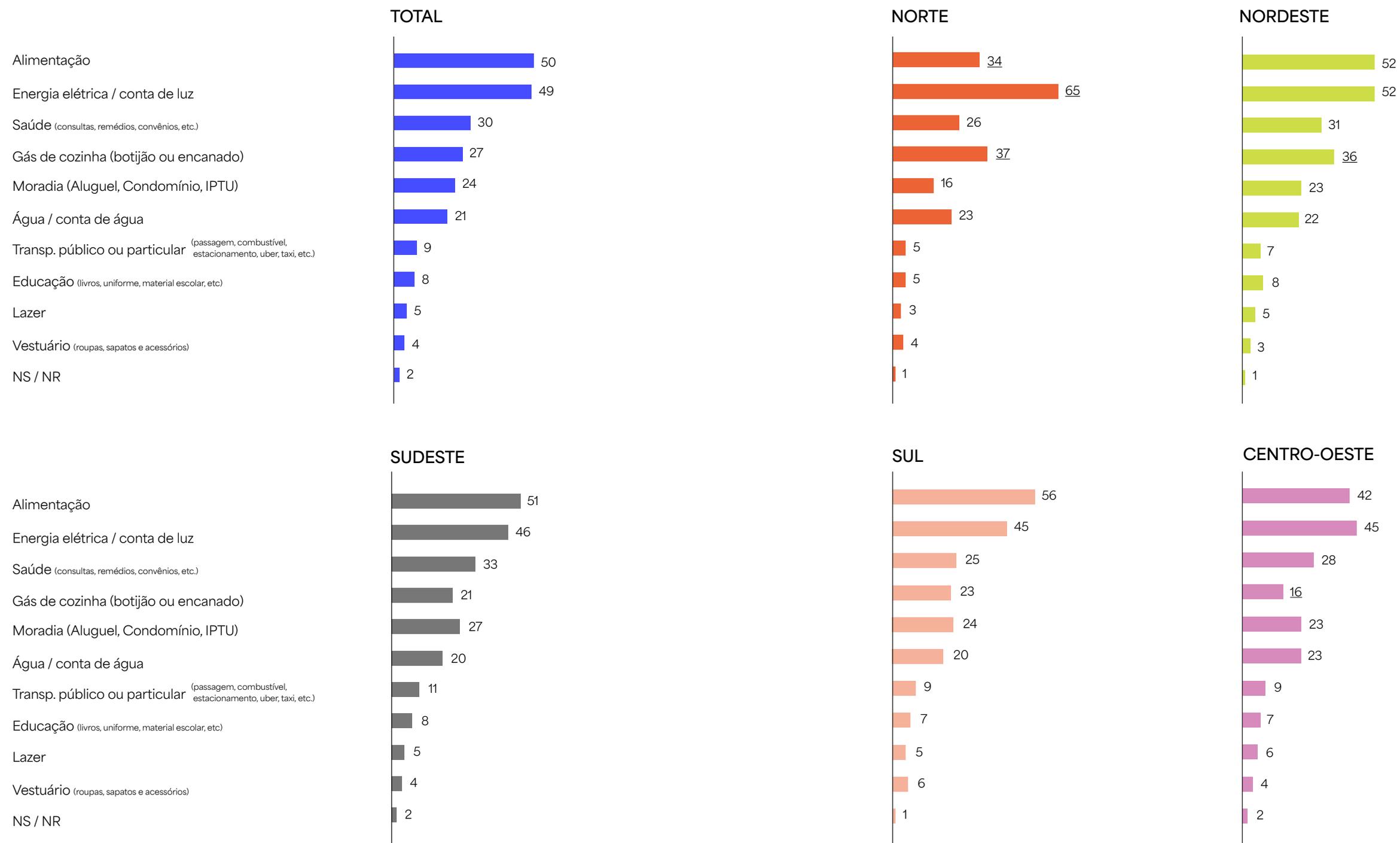
**8%**  
Educação



**5%**  
Lazer

## Destaque por segmento – região

Na região Norte, a cada 3 pessoas 2 apontam a conta de luz como item que impacta mais o orçamento doméstico; Em relação ao total da amostra, o peso da conta de gás de cozinha se sobressai nas regiões Norte e Nordeste



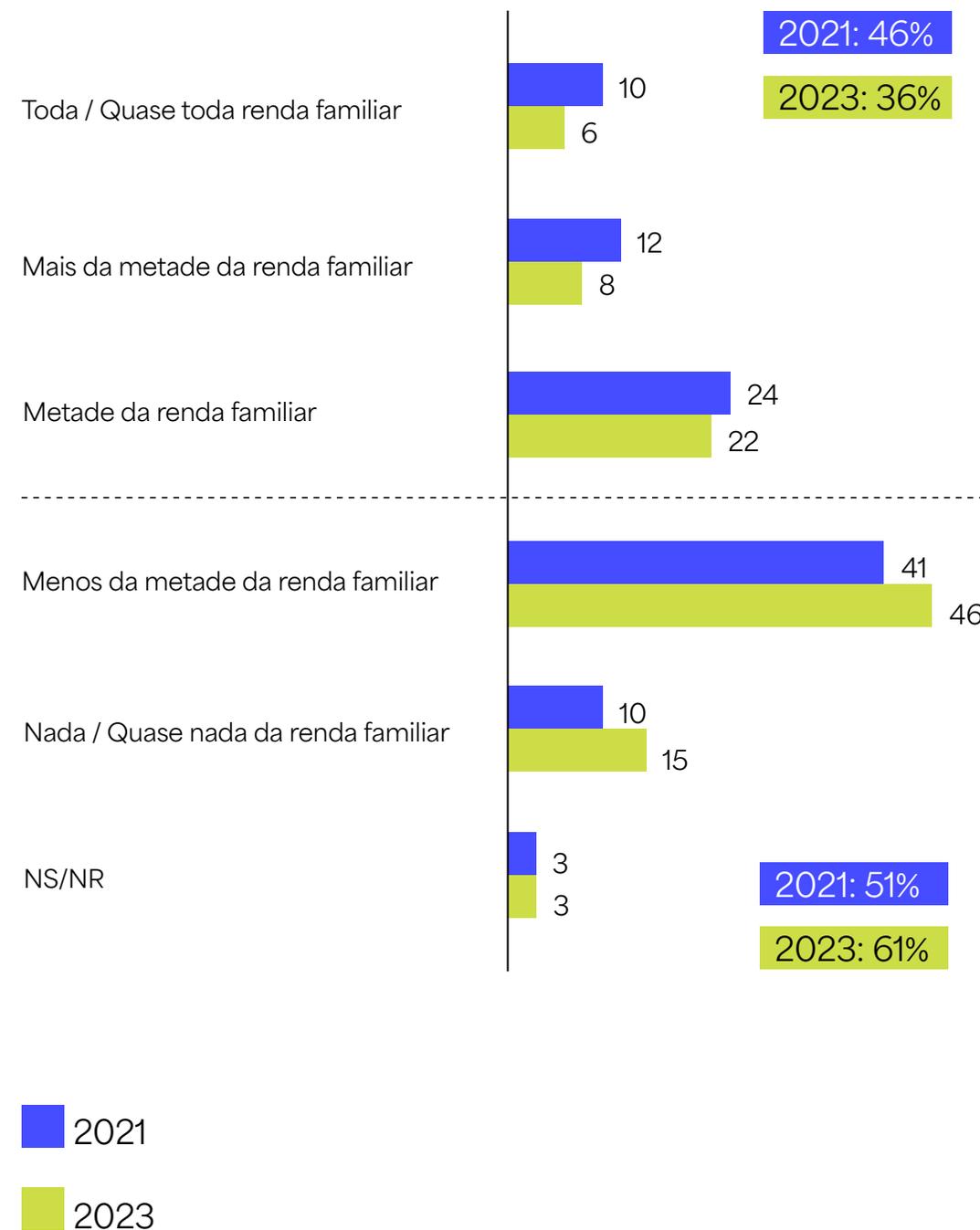
A conta de luz compromete mais da metade da renda mensal para 36% das famílias.

Pouco mais de um terço das famílias apontam que os seus gastos com energia comprometem metade ou mais da metade da renda familiar. Ainda que em 2021, no auge da pandemia de Covid 19, 46% das famílias brasileiras viviam esse ciclo da pobreza energética, essa realidade ainda segue alarmante. A pesquisa aponta

que a vulnerabilidade energética em razão do preço da energia segue afetando número expressivo de famílias.

Para quem possui renda familiar acima de 5 salários mínimos, a conta de luz causa menos impacto. Apenas 16% das pessoas nesta faixa de renda disseram ter metade ou mais de sua renda comprometida com pagamento de energia elétrica. No caso de renda familiar de até 1 salário mínimo, este percentual é de 53%.

### Estrangulamento do orçamento familiar com gastos de energia



A análise por grupos de raça/cor também mostra que a população negra sofre mais para pagar a conta de luz, visto que 43% das famílias constituídas por esse grupo gastam metade ou mais da metade de sua renda com os gastos energéticos.

Também, o comprometimento da renda familiar com os gastos com energia é maior no Norte e Nordeste do país, visto que 53% dos respondentes nordestinos e 45% dos nordestinos apontam ter metade ou mais da metade do seu orçamento familiar comprometido com gastos com energia.

## Destaque por segmento – classe social e renda familiar

### Total

2021



2023



### Classe A/B

2021



2023



### Classe C

2021



2023



### Classe D/E

2021



2023



- Toda / Quase toda renda familiar
- Mais da metade da renda familiar
- Metade da renda familiar
- Menos da metade da renda familiar
- Nada / Quase nada da renda familiar
- NS / NR

# A tarifa mais cara do Brasil

Atualmente, o Brasil possui uma capacidade instalada de geração de energia elétrica de 206,5 GW, sendo que o maior destaque corresponde às usinas hidrelétricas - UHEs (incluindo PCHs e CGHs) — 53,2%. Na região Norte do país, concentram-se quase 30% dessas usinas.



Assim, ainda que em termos de energia total injetada por região (UHEs, UTEs, SOLAR, EOL, NUCLEAR), o Norte fique à frente apenas do Sul e Centro-Oeste, a região concentra o maior número de usinas hidrelétricas do país, principal fonte responsável pela energia injetada na rede e por garantir segurança na operação da energia no SIN por um custo socioambiental alto.

Apesar de seu elevado potencial de geração, o Norte possui a tarifa média mais cara do Brasil — 0,849 R\$/kWh, de forma que o consumidor dessa região tem uma conta de luz 24% mais cara que a região com menor tarifa, o Sul — 0,642 R\$/kWh. Assim, **os resultados da pesquisa IPEC, que demonstram que os nortistas sentem mais o peso da conta de luz no orçamento familiar, reforçam essa realidade.**

**Histórico dos Subsídios no Setor de Energia Elétrica 2023**

Região	UHEs	UTES	EÓLICA	SOLAR	NUCLEAR	TOTAL
N	31.981	3.482		39		35.501
NE	11.578	11.696	21.605	4.579		49.457
SE	25.389	20.642	28	2.706	1.990	50.755
S	25.837	5.155	2.111	32		33.134
CO	14.936	5.311		32		20.279
BRASIL	109.721	46.284	23.744	7.387	1.990	189.127

**Capacidade Instalada de Mini e Micro Geração Distribuída (MW)**

BRASIL	17.325
--------	--------

Fonte: EPE. Balanço Energético Nacional 2023. p. 154. Disponível em: <https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-748/topico-687/BEN2023.pdf>

As tarifas de energia elétrica no Norte e no Nordeste do Brasil tendem a ser mais caras devido a uma série de fatores específicos da região. Em primeiro lugar, essas áreas têm uma menor densidade populacional<sup>1</sup> e, portanto, uma demanda menor por energia, o que pode resultar em custos de distribuição e transmissão mais elevados por unidade de energia consumida. Além disso, a infraestrutura de transmissão de energia elétrica nessas regiões, muitas vezes, enfrenta desafios logísticos e geográficos significativos, como a vastidão territorial e as condições climáticas adversas, o que pode aumentar os custos de manutenção e operação.

Região	Tarifa média* (ponderado pelo mercado) R\$/kWh
N	0,849
NE	0,754
SE	0,733
S	0,642
CO	0,727

Fonte: Aneel, Ranking da tarifa residencial - R\$/kWh. Disponível em: <https://portalrelatorios.aneel.gov.br/luznatarifa/rankingtarifas#>

1. De acordo com o Anuário estatístico de energia elétrica 2023, da EPE, a região Norte é responsável pelo 7,5% e o Nordeste pelo 17,3% do consumo de energia elétrica no SIN, enfatizando uma disparidade de demanda frente às demais regiões do país.

Fonte: EPE. Anuário estatístico de energia elétrica 2023. Disponível em: <https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-160/topico-168/anuario-factsheet.pdf>

# Pagar a conta de luz tem sido um desafio para os mais pobres.

6 a cada 10 famílias da classe D/E e com renda domiciliar de até 1 SM declaram que a conta de luz do seu domicílio está atrasada.

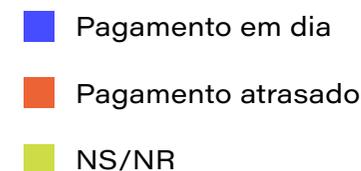
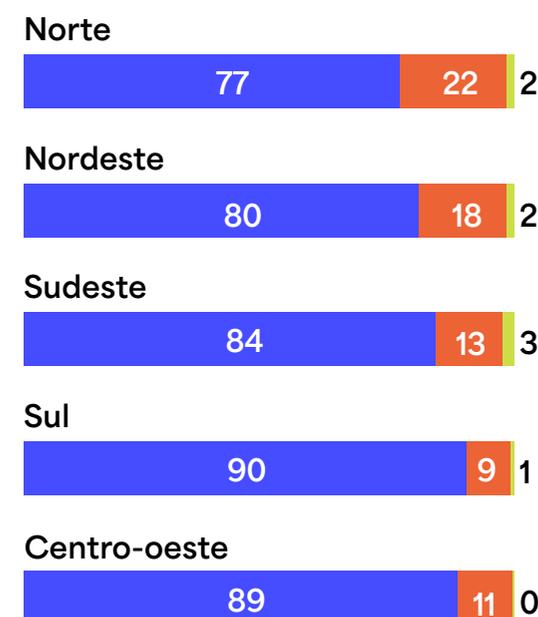
1/4 dos brasileiros que têm renda de até 1 salário mínimo e que pertencem à classe D/E declaram inadimplência. Essa realidade também impacta 1/4 dos nortistas respondentes.

Ainda, a pesquisa aponta que pagar a conta de luz em dia tem sido um desafio para mais da metade dos entres-

tados inscritos no CadÚnico, beneficiados por programas sociais e que se auto declaram negros ou pardos.

Frente a inadimplência, uma solução adotada por 30% dos entrevistados, para conseguir pagar a conta de luz, tem sido a redução ou não aquisição de alimentos básicos e bens de consumo.

## Inadimplência na conta de luz



## Total nacional



Representam 23.410.282 brasileiros(as)

A conta em atraso atinge cerca de 1/4 de quem tem renda familiar de até 1 SM e de quem faz parte da Classe DE (23% em cada estrato)

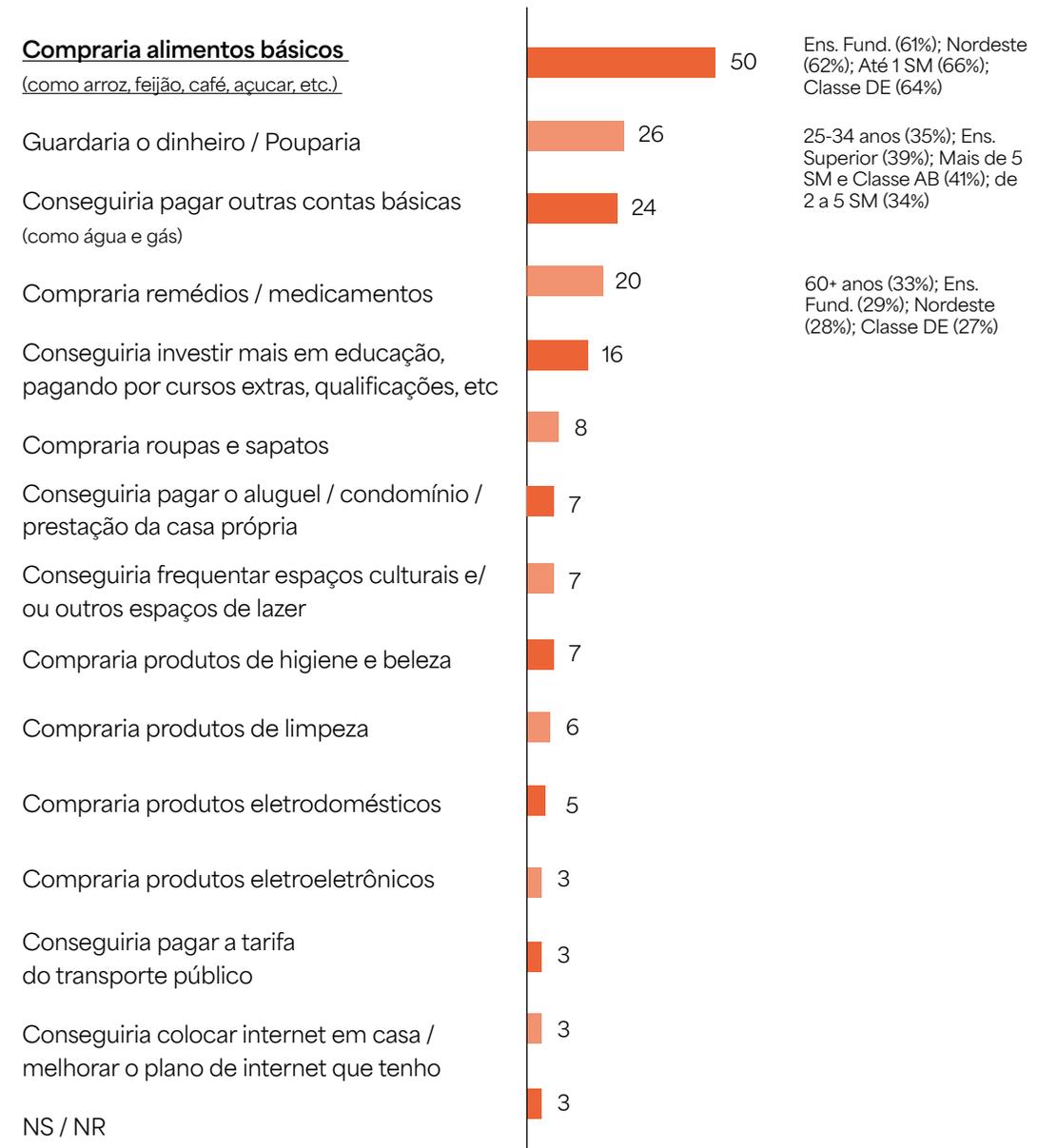
# Se reduzir a conta de luz, as famílias brasileiras irão comer.

50% das famílias apontam que, no caso da redução da conta de luz, o dinheiro liberado seria utilizado para a compra de alimentos básicos.

A pesquisa aponta que, caso a conta de luz fosse reduzida pela metade, a maioria das famílias utilizaria o dinheiro liberado para comer.

No Nordeste do país, a proporção das famílias que aplicariam o dinheiro liberado para esse fim sobe para 62%. Entre as famílias pertencentes à classe D/E e com rendimento familiar de até 1 SM, os entrevistados que indicaram essa estratégia correspondem a 64% e 66%, respectivamente.

## Com a redução pela metade da conta de luz, o que você faria com dinheiro



# Brasileiros defendem programas de combate à pobreza energética.

7 em cada 10 pessoas declaram que famílias de baixa renda deveriam ter prioridade em programas que podem garantir acesso à energia elétrica.

A pesquisa aponta que 71% dos brasileiros defendem que as famílias de baixa renda devem ter prioridade de atendimento em programas que visam promover o acesso à energia elétrica como forma de combate à pobreza energética.

# A TSEE é fundamental para o acesso à energia elétrica, mas insuficiente.

57% da população julga a Tarifa Social de Energia Elétrica insuficiente para diminuir o peso da conta de luz no orçamento das famílias mais pobres.

Reconhecida por mais da metade da população, a Tarifa Social de Energia Elétrica é vista como insuficiente para desonerar a população pobre com a conta de luz.

Quando perguntados quanto à implementação de uma política tarifária complementar à TSEE, <sup>2</sup>/<sub>5</sub> dos entrevistados acham justa essa solução como forma de justiça tarifária.

# Compreensão da composição da conta de luz, em prol de justiça tarifária.

44% dos entrevistados apontam que impostos/tributos federais, estaduais e/ou municipais são os principais fatores para o aumento da tarifa de energia elétrica.

Apesar da maioria dos entrevistados apontarem os impostos e tributos federais, estaduais e/ou municipais, seguidos da redução do nível dos reservatórios das hidrelétricas, como os fatores que mais influenciam na composição do valor final da conta de luz, existe uma parcela expressiva da população que não sabe opinar sobre o assunto. Isso sinaliza um desconhecimento dos brasileiros sobre a composição e destino da tributação, assim como o seu reflexo no cálculo da conta de luz.

No entanto, 4 a cada 10 pessoas entrevistadas compreendem que os impostos e encargos são destinados, principalmente, para subsidiar o Programa Luz para Todos, seguido do Programa Tarifa Social de Energia Elétrica, e para compor o orçamento dos Estados, via o ICMS.

# Compreendendo a conta de luz

Os impostos e os encargos representam quase a metade do valor cobrado na conta de energia elétrica da população brasileira, visto que, trata-se de recursos destinados a políticas públicas ligadas ao setor, como subsídios a determinadas fontes de energia. O custo somado, rateado entre todos os consumidores regulados, de energias fósseis da CCC, Carvão e Óleo Combustível, aliado à Geração Distribuída de energia, totaliza metade de todo o orçamento previsto da CDE conforme tabela abaixo.

Sobre o investimento em fontes fósseis, é importante destacar que a primeira parte desta pesquisa indicou, de forma inédita, que há uma tendência de custo político cada vez mais elevado se o caminho das decisões governamentais continuar sendo no investimento de fontes não-renováveis, ainda que seja sob pretexto de diversificação da matriz energética.

## Histórico dos Subsídios no Setor de Energia Elétrica 2023

Tipo de Subsídio	Custo
Água-esgoto-saneamento	76 milhões
Carvão e Óleo Combustível	1,2 bilhões
CCC	11,3 bilhões
Distribuidora Pequeno Porte	929 milhões
Fonte Incentivada	10 bilhões
Geração Distribuída	7 bilhões
Irrigação e Aquicultura	1 bilhão
Rural	227 milhões
Tarifa Social	5,8 bilhões
Universalização	1,7 bilhões
<b>TOTAL</b>	<b>40,3 bilhões</b>

Fonte: Subsidiômetro da Aneel Disponível em: <https://portalrelatorios.aneel.gov.br/luznatarifa/subsidiometro#!>

Além dos impostos e encargos, os valores excessivos são associados à presença significativa de usinas térmicas a combustíveis fósseis na nossa matriz elétrica. São usinas que funcionam a gás natural, carvão mineral e óleo combustível, cujo custo de manutenção é elevado principalmente por causa da dependência do combustível - especialmente nos sistemas isolados. As fontes também têm o agravante de estarem entre as principais responsáveis pelas mudanças climáticas



Fatores principais que compõem a conta:

CONSUMIDOR BRASILEIRO		SEU CÓDIGO	
DO NORTE AO SUL DO PAÍS		123456789	
RESIDENCIAL, COMERCIAL, INDUSTRIAL E SISTEMAS ISOLADOS			
CONTA-ANO	VENCIMENTO	TOTAL kWh FATUR.	TOTAL A PAGAR
2023*	31/12/2023	515,86TWh	R\$ 342,8 BILHÕES
<small>* Cálculos técnicos estimados pela Frente Nacional dos Consumidores de Energia.</small>			
DESCRIÇÃO DA CONTA			
<b>ENERGIA</b> (ENERGIA, TRANSMISSÃO, DISTRIBUIÇÃO E ILUMINAÇÃO PÚBLICA)	61,40 %		R\$ 210,6 Bilhões
<b>OUTROS ITENS</b>	38,60 %		R\$ 132,2 Bilhões
COMPOSIÇÃO DA TARIFA (2023)		%	R\$
ENERGIA		32,48	111,4 Bilhões
TRANSMISSÃO E DISTRI.		27,38	93,9 Bilhões
ILUMINAÇÃO PÚBLICA		1,54	5,3 Bilhões
PERDAS TÉCNICAS		3,61	12,4 Bilhões
FURTO DE ENERGIA		1,98	6,8 Bilhões
TRIBUTOS		17,00	58,4 Bilhões
ENCARGOS		15,92	54,6 Bilhões
<b>TOTAL</b>		<b>100,00</b>	<b>342,8 Bilhões</b>
MENSAGENS IMPORTANTES			
38,6% DO VALOR DA CONTA DE LUZ SÃO TRIBUTOS, ENCARGOS E PERDAS.			

Fonte: Dado da Frente Nacional de Consumidores de Energia

# Subsídios para combate à pobreza energética.

89% dos entrevistados concordam que os impostos e encargos da conta de luz sejam utilizados para subsidiar programas voltados para a universalização do acesso à energia elétrica.

Com exceção do uso dos impostos e encargos da conta de luz na exploração de fontes de energia fóssil, a ampla maioria concorda que tais recursos sejam utilizados para financiar os demais programas ou atividades avaliados na pesquisa, como o Programa Luz para Todos, o desenvolvimento de fontes de energia renováveis e o Programa da Tarifa Social de Energia Elétrica.

Esse resultado aponta que ainda é expressiva a aderência, pela população, do uso dos encargos da conta de luz nos programas e atividades voltadas para a universalização e acesso à energia barata e renovável.

# A proposta de Tarifa Social Justa reduz a conta de luz e tem apoio popular.

Tarifa social justa para reduzir a conta de luz de mais de 46 milhões de pessoas de baixa renda e promover justiça tarifária.

Para reduzir em 59% a conta de luz da população baixa renda, o Instituto Pólis propõe uma política complementar à TSEE, de forma a isentar esses consumidores do pagamento da Tarifa do Uso do Sistema de Distribuição (TUSD)<sup>1</sup>. Com essa proposta, liberamos renda para que os brasileiros possam comer!

A tarifa de distribuição é paga por todos os consumidores, com exceção daqueles que tem microgeração ou minigeração de energia fotovoltaica, isentos até 2045. O custo do transporte dessa energia é repassado aos demais consumidores, o que impacta principalmente a população de baixa renda, que vive uma realidade de pobreza energética.

Diante da defesa dos brasileiros de que a energia elétrica deveria ser um direito fundamental, e a percepção de que as famílias de baixa renda devem ter prioridade em programas governamentais que possam garantir acesso a esse serviço, essa proposta vai de encontro ao apoio popular por justiça tarifária.

Saiba mais sobre a proposta de tarifa social justa, que visa combater essas desigualdades sociais, aqui.

1. "Tarifa referente ao uso do sistema de infraestrutura da rede de distribuição de energia elétrica."

**Instituto Pólis**  
**Diretoria Executiva (2023-2026)**

Cássia Gomes da Silva  
Henrique Botelho Frota  
Rodrigo Faria G. Iacovini

**Coordenação de Comunicação**

Bianca Alcântara

**Coordenação de Campanhas**

Guilherme Montenegro

**Coordenação do projeto**

Tama Kawakami Savaget  
Henrique Botelho Frota

**Equipe de Pesquisa**

Clauber Barão Leite  
Lara Cavalcante  
Maria Gabriela Feitosa dos Santos  
Mônica Banegas  
Vitor Coelho Nisida  
Danielle Klintowitz  
*[in memoriam]*

**Redação e revisão**

Maria Gabriela Feitosa dos Santos

**Revisão**

Guilherme Montenegro  
Henrique Botelho Frota  
Mônica Banegas

**Diagramação**

Débora Filippini

**IPEC - Inteligência em Pesquisa  
e Consultoria**

**Diretora de Inteligência e Insights**  
Patricia Pavanelli

**Analista de Inteligência e Insights**

Larissa Souza

Para acessar a primeira  
parte da pesquisa acesse  
o QR-code



**Realização**

**Instituto Pólis**

**Apoio**

